



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Alagoas

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
CAMPUS PENEDO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**LEANDRO RAFAEL PRADO**

**INFLUÊNCIA DAS AULAS PRÁTICAS E VISITAS TÉCNICAS PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS  
DISCENTES DO CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE DO IFBA, CAMPUS JACOBINA**

**PENEDO, AL  
2022**

LEANDRO RAFAEL PRADO

INFLUÊNCIA DAS AULAS PRÁTICAS E VISITAS TÉCNICAS PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS DISCENTES DO CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE DO IFBA, CAMPUS JACOBINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência da Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, *campus* Penedo, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Jailson Costa da Silva



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
**Campus Penedo**  
**Biblioteca**

P896i

Prado, Leandro Rafael.

Influência das aulas práticas e visitas técnicas para a permanência e êxito dos discentes do curso subsequente em Meio Ambiente do IFBA, Campus Jacobina / Leandro Rafael Prado. – 2022.  
21f.; il.

Orientação: Prof. Jailson Costa da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Profissional) – Universidade Aberta do Brasil, Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo, Penedo, 2022.

1. Ensino técnico – Meio ambiente. 2. Educação profissional. 3. Aulas práticas – Ensino. I. Silva, Jailson Costa. II. Título.

CDD: 363.7

**Maria Luzia Alexandre de Oliveira**  
**Bibliotecária/Documentalista**  
**CRB-4/2159**

LEANDRO RAFAEL PRADO

INFLUÊNCIA DAS AULAS PRÁTICAS E VISITAS TÉCNICAS PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO  
DOS DISCENTES DO CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE DO IFBA, CAMPUS  
JACOBINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência da Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, *campus* Penedo, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação Profissional.

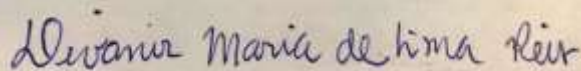
Orientador: Prof. Dr. Jailson Costa da Silva

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2022

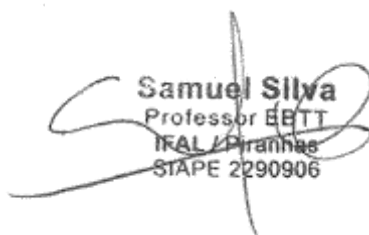
Banca examinadora:



Prof. Dr. Jailson Costa da Silva (Orientador)  
IFAL *Campus* Piranhas



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Divanir Maria de Lima Reis  
IFAL *Campus* Arapiraca



Samuel Silva  
Professor EETT  
IFAL / Piranhas  
STAPE 2290906

Prof. Dr. Samuel da Silva  
IFAL *Campus* Piranhas

# INFLUÊNCIA DAS AULAS PRÁTICAS E VISITAS TÉCNICAS PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS DISCENTES DO CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE DO IFBA, CAMPUS JACOBINA

Leandro Rafael Prado\*<sup>1</sup>

Jailson Costa da Silva\*<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como base um relato de vivência da prática pedagógica de um professor que atua como professor e coordenador do curso técnico de nível médio subsequente em meio ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia — IFBA, no município de Jacobina/BA. Foi utilizado como metodologia para esta pesquisa a abordagem qualitativa, na forma de pesquisa participante baseada na observação assistemática participante individual do próprio professor/coordenador do curso em questão. O estudo teve como objetivo mostrar a experiência da vivência prática de um professor e coordenador do curso técnico de nível médio subsequente de meio ambiente do IFBA campus Jacobina, da necessidade da adoção de aulas práticas e visitas técnicas para estímulo à permanência e êxito dos discentes do curso. Por fim, foi possível concluir que os discentes sentem-se mais estimulados a concluir o curso através de ações pedagógicas como: aulas práticas e visitas técnicas, conclui-se também que há uma necessidade de reformular o Projeto Pedagógico do Curso — PPC com o intuito de inserir aulas práticas nas disciplinas e sugerir com os professores a inserção de práticas as disciplinas e a promoção de visitas técnicas, além disso, foi constatado que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia precisa de um Plano estratégico de ações de permanência e êxito dos estudantes.

**Palavras-chave:** Evasão; Aula prática, Visitas Técnicas; Permanência e êxito.

## ABSTRACT

This article is based on an account of the experience of the pedagogical practice of a teacher who works as a teacher and coordinator of the subsequent high-level technical course in the environment of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia — IFBA, in the municipality of Jacobina/ BA. The qualitative approach was used as a methodology for this research, in the form of participatory research based on the unsystematic individual participant observation of the professor/coordinator of the course in question. The study aimed to show the experience of the practical experience of a teacher and coordinator of the subsequent high school environment technical course at the IFBA campus Jacobina, the need to adopt practical classes and technical visits to encourage the permanence and success of students of the course. Finally, it was possible to conclude that the students feel more encouraged to complete the course through pedagogical actions such as: practical classes and technical visits, it is also concluded that there is a need to reformulate the Pedagogical Project of the Course - PPC in order to to insert practical classes in the disciplines and suggest with the teachers the insertion of practices in the disciplines and the promotion of technical visits, in addition, it was found that the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia needs a strategic plan of permanence actions and student success.

**Keywords:** Evasion; Practical class, Technical Visits; Permanence and success.

---

1 Graduado em Engenharia ambiental, Mestre e Doutor em Engenharia de Processos. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; e-mail: leandrorafaelprado@gmail.com

2 Graduado em Pedagogia, Mestre e Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas; e-mail: jailson.costa@ifal.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vem sendo construída ao longo da história e já ultrapassou seu centenário. Na primeira República a abolição da escravidão trouxe consigo alguns problemas sociais, dentre eles o meio de subsistências dos escravos que não eram garantidas e passaram a figurar como desvalidos, assim como os órfãos e as pessoas que viviam à margem da sociedade (TAVARES, 2012). Com o intuito de instruir estes indivíduos para que possam aprender um ofício ou profissão e torna-los operários úteis às indústrias nascentes, que em 1909 o governo Federal criou e instalou o conjunto de dezenove Escolas de Aprendizagem e Artífices, oficializando o estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional no país que ao longo destes anos, passaram por algumas transformações de acordo com as demandas apresentadas pela sociedade (KUNZE, 2009).

Em 1996 a LDB, Lei 9394/1996 foi publicada, nesta fase da educação profissional, foi mantida a ligação entre educação escolar e o trabalho e prezava pela formação integrada a formação geral com o objetivo de formar indivíduos emancipados (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Com isso o termo integrado se apresentou na LDB à época mesclando o ensino médio, que tinha o intuito de atender a formação geral dos discentes, aprimorando-o para a formação como pessoa humana, pensamento crítico assim como, possibilita a formação profissional, ou seja, compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos (CIAVATTA; RAMOS, 2012). No ano seguinte foi publicado o Decreto 2.208/97, que proibia a formação integrada para atender os interesses ao um setor produtivo pela capacitação dos trabalhadores e formação aligeirada, além da separação do ensino médio e educação profissional, ocorreu a parceria entre governo e sociedade civil para a oferta do ensino profissionalizante que passou a ser orientada pela pedagogia das competências para a empregabilidade, sendo os cursos oferecidos de duas formas: concomitantes e subsequentes ao ensino médio (ASSIS e MEDEIROS NETA, 2017; BRASIL, 1997).

Só em 2004 o governo federal revogou o decreto nº 2.208/1997 que proibia a formação integrada, com a promulgação do decreto nº 5.154/2004 e posteriormente em 2008 foi transformado em Lei n. 11.741 e consta na LDB, nos dispositivos Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do artigo Art. 36-A ao Art.42, com isso passou-se adotar três modalidades de educação profissional: A formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (FAVRETTO E SCALABRIN, 2015). De acordo com o decreto nº 5.154/2004 a educação profissional técnica de nível médio se subdivide em:

artigo 4º e § 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a

quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, p.01)

De acordo com VALE, *et al.*, 2020, a oferta dos cursos subsequentes tem muita procura especialmente nos últimos anos, porém apresentada um alto índice de evasão, um dos motivos é a falta de debate na esfera das políticas públicas educacionais. A evasão é um acontecimento social complexo, e pode ser conceituado como suspensão dos estudos que ocasiona sérias implicações, tanto sociais, acadêmicas e econômicas (GAIOSO, 2005).

A problemática da evasão escolar nos cursos subsequente geralmente está associado ao público desse tipo de curso, comumente formado por discentes que já atingiram a maioria e têm diferentes atribuições distintas das dos adolescentes que cursam o ciclo normal de formação básica. O perfil destas pessoas são que trabalham na informalidade ou se ocupam em empresas nas funções mais básicas e frequentemente são responsáveis pelo mantimento da família e que regressam à escola com o objetivo de se profissionalizar com o intuito de expansão das possibilidades de inserção no mercado de trabalho ou de ascensão profissional nas empresas em que atuam (SUHR, 2020). De acordo com Mendes, (2013), um dos principais motivos que ocasionam a evasão escolar dos discentes é a falta de motivação, o que acaba levando-o a se dedicar cada vez menos e conseqüentemente reduzindo a aprendizagem, além disso a ausência de infraestrutura nas escolas. O trabalho de Charlot, (2014) relata os mesmos argumentos, que as próprias escolas acabam influenciando na falta de estímulo dos estudantes.

Com o objetivo de minimizar a evasão escolar sobretudo nos cursos subsequente, às instituições educacionais, como são estabelecimentos encarregados pela promoção da cultura e da cidadania, tem como atribuição procurar encontrar as possíveis causas ligadas a essa problemática (IF BAIANO, 2016, p. 14). Foram também criadas políticas públicas de contenção à evasão e retenção escolar, como por exemplo o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que através do inciso III, do Artigo 2º do Decreto Nº 7.234/2010, está descrito o referido Programa, além dos outros objetivos, todos com o intuito de aumentar as possibilidades para a permanência e conclusão dos cursos pelos discentes (IF BAIANO, 2016, p. 19).

Neste contexto, este estudo tem como objetivo mostrar a experiência da vivência prática de um professor e coordenador do curso técnico de nível médio subsequente de meio ambiente do IFBA campus Jacobina, da necessidade da adoção de aulas práticas e visitas técnicas como forma de estímulo à permanência e êxito dos discentes do curso. A pesquisa está dividida inicialmente pelo referencial teórico e aspectos legais que envolve a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e discussões que envolve os cursos técnicos subsequente e logo em

seguida sobre evasão dos discentes além de explicar alguns motivos que contribuem para evasão dos estudantes. A partir daí foi construído um tópico através dos relatos do professor/ coordenador a respeito das requisições de aulas práticas e visitas técnicas dos estudantes do referido curso e sua influência para permanência e êxito.

## **2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A cidade de Jacobina fica localizada na mesorregião do Centro-Norte Baiano, a aproximadamente 330 km de Salvador. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Jacobina possui uma população estimada de 80.394 pessoas (dados de 2018), o seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita ocupa a 47ª posição entre os 417 municípios baianos em 2016 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.649 referentes ao ano de 2010. A respeito a sua produção econômica, domina a prestação de serviços, depois a produção industrial em destaque a extração de ouro e logo em seguida a agropecuária em 2015. O município possui ampla tendência para o ecoturismo por conta da sua localização privilegiada, cercada por serras, grutas, rios e cachoeiras. A cidade possui as cachoeiras do Aníbal, Caldeirão, Amores, Véu de Noiva são algumas das mais de 45 quedas d'água reunidas no Parque das Cachoeiras e na Estância Ecológica Bandeirantes, que tem essas características por está sediado entre vales e serras; nas encostas menos íngremes e nos fundos dos estreitos dos vales, encontram-se vegetações de mata (PDI, 2020).

A pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa participante baseada na observação assistemática participante individual de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.192). Os autores ainda relatam que “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.” LAKATOS E MARCONI (2003). A metodologia da observação assistemática ou também conhecida como não estruturada, incide em registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador precise utilizar artifícios técnicos especiais ou até mesmo necessite fazer perguntas diretas LAKATOS E MARCONI (2003). Segundo Rudio, (1979) a observação assistemática tem como particularidade “o fato de o conhecimento ser obtido através de uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los”.

O curso Técnico de nível médio subsequente em Meio Ambiente do IFBA campus Jacobina é ofertado no turno noturno, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC são quatro semestres de curso, dois anos para a conclusão e a partir do terceiro semestre o discente está apto a elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC ou realizar Estágio Curricular Profissional com carga horária de 180 horas totalizando 1200 horas total do curso (PPC, 2010).

A criação do Curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente no IFBA campus Jacobina se deu a partir do fato da cidade possuir atividade mineradora e a profissão de Técnico em Meio Ambiente está voltado para a busca de soluções frente aos mais diversos problemas ambientais vistos nos tempos atuais. A preocupação com os recursos naturais vem crescendo à medida que aumentam os interesses por parte de empresas e organizações em utilizar matérias-primas presentes no território brasileiro para a geração de lucro. Na busca do aumento de renda, atendimento às demandas do aumento populacional e ao surgimento de novas empresas, o Meio Ambiente se torna assunto chave de estudo, pois, se busca já há algum tempo a sustentabilidade, evitando desta forma, que gerações futuras sofram com a falta de recursos naturais.

O trabalho foi elaborado a partir de experiências de um professor e coordenador do curso técnico de nível médio subsequente em meio ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, no município de Jacobina, Bahia no período entre agosto de 2018 à março de 2020, com observações à partir dos relatos dos discentes direcionados à coordenação de cursos e em sala de aula.

Neste sentido, foi construído um viveiro de mudas nativas nas dependências do campus do IFBA localizado na cidade de Jacobina, Bahia, com dimensão de 6 por 4,5 metros e possui a capacidade para produzir 1500 mudas por ano (MOURA, *et al.*, 2021). Com isso os alunos puderam produzir mudas de árvores nativas da região, ou seja, envolveu a coleta de sementes, preparação do solo e o plantio das mudas, contribuindo para os estudantes que aprenderam na prática conteúdos trabalhados nas disciplinas (Biologia, Química, Sociologia, Educação Ambiental, Ecologia, Geologia, Avaliação de Impactos Ambientais, Recuperação de Áreas Degradadas, Solos e Meio Ambiente e Diversidade Vegetal), atendendo aos conteúdos básicos do currículo do curso técnico na modalidade subsequente em meio ambiente oferecido pela instituição, contribuiu tanto para a prática profissional quanto para educação ambiental.

### **3 – CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES**

Os cursos subsequentes têm sua aparição inicialmente, na LDB de nº 9.394/96, em seu artigo 36b. Porém, a disponibilidade dos cursos subsequente entrou nas políticas públicas depois da publicação do Decreto Federal nº 2.208/97, como visto anteriormente, separou o Ensino Médio da Educação Profissional descrito mais especificamente no artigo 3:

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – básico - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto;

III – tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997)

E no seu artigo 5º:

Art 5 ° A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este. (BRASIL, 1997)

Como pode-se observar com a publicação deste decreto foi possível cursar o ensino médio e a educação profissional separadamente, ofertando os três níveis de ensino além disso a educação profissional poderia ser ofertadas em diversos tipos de escolas e até mesmo em locais de trabalho como traduz em seu artigo 2°:

Art 2 ° A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Com a promulgação deste decreto foi com o intuito de atender as pretensões das agências internacionais, que tinham como objetivos formação de competências para a competitividade no mundo globalizado, sobretudo na Educação Profissional, para que o ponto principal fosse a formação fundamentada em habilidades e competências além disso que fosse um modo flexível de produção para atender as necessidades e exigências do capital (GUGELMIN, 2015). Corroborando com o que retrata (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003) “Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental”.

Em 2004 com o decreto n° 5.154/2004 do governo federal que revogou o decreto n° 2.208/1997, a partir da LDB, como pode ser visto no Artigo 36 B da LDB:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei n° 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso,

Neste sentido, restabeleceu-se a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, a qual foi possível ofertar a articulação entre a Educação Básica com o Ensino técnico, na forma integrada e foram mantidas as formas concomitante e subsequente ao Ensino Médio, previstas no decreto anterior (GUGELMIN, 2015). Em 2008 com criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica para a área de cursos técnicos subsequentes, concomitantes, superior e integrados, criada a partir da Lei 11.892 (BRASIL, 2008), conforme o artigo 7° da referida lei “I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;” no artigo posterior artigo 8° indica a necessidade de ter pelo menos 50% da oferta para atender esse inciso, ou seja, agora focada no

ensino médio integrado ao profissional (SILVA JÚNIOR, 2016).

A formação integrada dos discentes no cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, o termo *integrado* foi associado à legislação como uma das formas que o ensino médio e a educação profissional podem se articular, por outro lado não se trata somente de integrar um a outra na forma, e sim de instituir o ensino médio como um processo formativo que associe as dimensões estruturantes da vida, do trabalho, da cultura e da ciência e que com isso oportunize diversas possibilidades de vida para os discentes e ajude a superar as diferenças entre as classes sociais (CIAVATTA; RAMOS, 2012a, p.306). A formação integrada é a formação plena, que traga a possibilidade ao educando de compreensão das partes no seu todo em todos os campos em que ocorre a preparação para o trabalho, seja para compreender os processos produtivos, seja para entender na sua totalidade processos educativos seja ele a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior (CIAVATTA, 2014). “Dando enfoque maior ao trabalho como princípio educativo, no sentido de ultrapassar a divisão trabalho manual/trabalho intelectual, aliar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos emancipados” (GRAMSCI, 1981, p.144).

Já formação subsequente ao ensino médio de acordo com VALE, *et al.*, 2020, afirma que que foram criados a fim de atender as particularidades estabelecidas pelo mercado produtivo, com objetivo de formações e processos formativos incompletos e sobretudo tecnicista conforme a demanda mercadológica e sob os parâmetros ideológicos neoliberais, representando o inverso da formação integrada. De acordo com (Kuenzer, 2001) o cursos subsequente da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia tornou-se alternativa aos discentes egressos do ensino médio que não conseguiram adentrar no curso superior como forma de compensação. No trabalho de Mendes (2003) também classifica os cursos técnicos subsequente como uma possibilidade aos concluintes do ensino médio que não conseguiram se incluir no sistema educacional de nível superior, porém de acordo com o autor esta medida foi estritamente pensada pelo governo federal à época com o objetivo de não pressionar as universidades públicas para atender o grande contingente de alunos que concluintes.

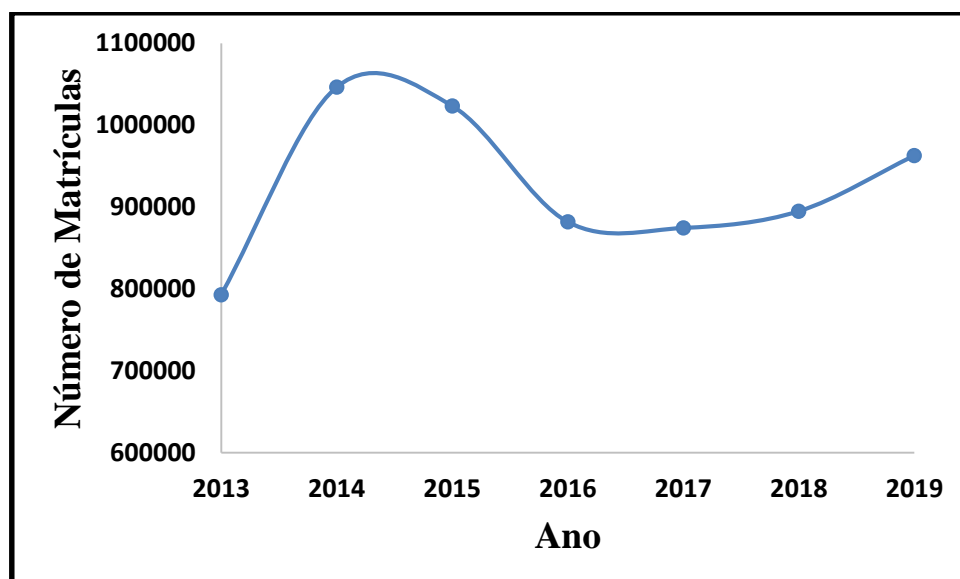
Por outro lado, (Moraes; Albuquerque, 2019) relata que os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio constituem uma importante oportunidade de educação profissional e técnica para os jovens que acabaram de sair do ensino médio, assim como para trabalhadores, pois a entrada nos cursos independe de idade, contudo fica parcialmente desassistido sobretudo das estatísticas nas plataformas educacionais sem muita informações de sua dinâmica, relações com o mercado de trabalho e sobretudo das pessoas que acessam. Ainda de acordo com os mesmo autores, além dos cursos subsequentes ao ensino médio outros cursos de qualificação profissional da EPT ficaram sem posição adequada nos níveis escolares previstos no art. 21 do Decreto nº5.154/2004 que é a educação básica e superior, neste sentido a formação inicial e

continuada de trabalhadores não está incluída em um nível escolar, uma vez que esta modalidade (Curso FIC) proporcionam qualificação para a inserção no mundo do trabalho quanto oportunizam capacitação, especialização e atualização para trabalhadores que já estão inseridos no mercado de trabalho e essa exclusão representa um problema são esses trabalhadores responsáveis pela produtividade no País, seja no campo dos serviços, indústria e agricultura. Os autores ainda argumentam que a inexistência destes dados revela desinteresse pela formação de trabalhadores, além disso a ausência de concepção do que seja a EPT principalmente para os gestores educacionais e da sua importância estratégica para o crescimento do País.

#### 4 EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS SUBSEQUENTE

Apesar do Brasil ocupar um dos últimos lugares do mundo na oferta de Educação Profissional e Tecnológica, frente à realidade internacional, como por exemplo países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentam em média, 43% dos estudantes entre 15 e 19 anos matriculados em cursos técnicos, no Brasil esse índice é de apenas 8% (Moraes; Albuquerque, 2019). Apesar disto ao longo dos últimos anos tem aumentado a oferta de cursos na EPT no Brasil, sobretudo os cursos subsequente, conforme apresentado no Gráfico 01 mais precisamente entre os anos (2013 e 2019).

Gráfico 01: Total de Matrículas em Cursos Técnicos Subsequente – BRASIL (2013-2019).



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2019)

Segundo dados, extraídos do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2019) em 2019, foi registrado um número total de 1.874.974 milhões de matrículas na EPT no Brasil, leve aumento relacionado aos outros anos, exceto ao ano de 2014 que registrou a maior quantidade de matrículas totalizando 1.886.164 milhões de matrículas, levando à uma variação positiva de

17% neste período. As formas subsequente de oferta da EPT de nível médio possuem características próprias em relação à escolarização que precisam ser levadas em consideração, de modo a se ter em conta a dimensão que possuem e o potencial que essa forma de ensino comporta para a formação profissional como debatido anteriormente, como por exemplo, tais cursos não têm uma literatura tão extensa como aquela referente aos cursos integrados ao ensino médio, porém não deixam de ser importantes (MORAES *et al.*, 2020). A começar pela contagem do número de matriculados no período que abrange de 2007 a 2019 podem ser contabilizados um crescimento, em 2007 o número de matrículas no subsequente era de 378.874 e em 2019 esse número chegou a 962.825 matrículas, ou seja, quase 600 mil matrículas a mais que o número obtido em 2007 ((MEC/INEP, 2019; MORAES *et al.*, 2020). Corroborando com o que pode ser observado no gráfico 01, que os cursos subsequente são os que mais possuem matrículas EPT e os que mais crescem chegando a representar 51,4% em relação às demais modalidades no ano de 2019 como pode ser visualizado na Tabela 01.

Tabela 01: Total de Matrículas em Cursos Técnicos, por tipo – Brasil (2019)

Tipo do curso técnico de nível médio	Matrículas	
	n	%
Técnico Integrado	558.956	29,8%
Técnico Integrado – EJA	36.750	2,0%
Técnico Concomitante	252.221	13,5%
Técnico Subsequente	962.825	51,4%
Normal/ magistério	64.222	3,4%
<b>Total</b>	<b>1.874.974</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: (MORAES *et al.*, 2020)

Entretanto, de acordo com VALE, *et al.*, 2020, apesar da oferta e matrículas nos cursos subsequentes ter tido muita procura especialmente nos últimos anos, porém apresentada um alto índice de evasão, um dos motivos é a falta de debate na esfera das políticas públicas educacionais. De acordo com o relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União no ano de 2013, depois de realizar fiscalização em nove de trinta e oito institutos federais, apontam uma taxa de evasão média de 24% nos cursos profissionalizantes voltados a alunos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de 18,9% nos cursos subsequente até o primeiro semestre de 2011.

No estudo de Boff e Bagnara (2020) observaram altos percentuais de evasão escolar, os autores analisaram cinco cursos técnicos subsequentes desenvolvidos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS - Campus Erechim, e as médias gerais de evasão que se aproximam de 30%. No ano de 2018 de acordo com dados extraídos da plataforma Nilo Peçanha, foi constatado em todas as formas de cursos da Rede Federal de Educação Profissional foi registrado 18,6% de evasão em 2018, quanto a oferta de curso técnico

subsequente da rede federal nacional a evasão aumentou para 25,88% e nos cursos técnicos de nível médio subsequente do IFBA a taxa de evasão foi maior ainda apresentando uma taxa de evasão equivalente a 34,19% e de 26,05%<sup>3</sup> no curso Técnico em meio ambiente do IFBA campus Jacobina.

A evasão é configurada como “Saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” conforme definido pelo definido pelo Ministério da Educação (MEC): (BRASIL, 1997, p. 19). Existem diversas conceitos de inúmeros autores para evasão, Johann (2012, p. 65) define evasão como “um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino, rompendo-se o vínculo existente entre aluno e escola.” Porém de acordo com Dore e Lüscher (2011) o tema carece de definições e discussões as autoras argumentam ainda que essa dificuldade procede das diversas circunstâncias que podem ser levadas em consideração aos estudar o fenômeno da evasão.

Sobre as circunstâncias e conceitos de cada uma das situações que envolve a evasão a (Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, 1996) conceituaram três tipos de evasão:

1) **Evasão de curso:** de acordo com a referida comissão a evasão do curso se caracteriza a partir do momentos que o discente se desliga do curso por diversos motivos a saber: abandono, que pode ser quando deixa de matricular-se; desistência, transferência ou alteração de curso, exclusão por norma institucional;

2) **Evasão da instituição:** É configurada quando o estudante se desvincula da escola na qual está matriculado;

3) **Evasão do sistema:** É quanto o discente abandona de forma definitiva ou provisória o curso.

Diante desta problemática, a evasão escolar apresentam-se como conseqüências de proporções sociais, como por exemplo, os discentes ficam mais susceptíveis à vulnerabilidade social, ao passo em que o educando começa a não ter o ambiente escolar como ponto de apoio, além do mais, as desvantagens e prejuízos são inestimáveis, ocasionando em uma situação em que perde o aluno por não concluir seus estudos, perde a escola, a família e a sociedade, por não cumprirem seu papel e, também, perde o país que vislumbra a incerteza do futuro da nação (IF BAIANO, 2016).

A política de Permanência e Êxito dos estudantes foi implementada a partir da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SECTEC-MEC) que enviou o ofício circular número 60 de 17 de julho de 2015 para os dirigentes da Rede Federal de Educação Científica e

---

<sup>3</sup> Dados retirados da Plataforma Nilo Peçanha, que trata das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Tecnológica, trazendo a Nota Informativa número 138/2015, que norteava as instituições a respeito da elaboração de Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos estudantes, assim como o Ministério da Educação – MEC construiu o Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (RAMOS NETO, 2019). Algumas ações que favorecem a permanência e êxito dos estudantes conforme o Documento Orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica:

- Acompanhamento dos alunos que estão na fase final do curso, na etapa de elaboração e entrega do relatório final de estágio, com o intuito de que estes consigam concluir o curso.
- Constituição e formação de equipe pedagógica para estabelecimento do trabalho de acompanhamento;
- Delineamento de ações acadêmico-institucionais que possibilitem aos candidatos conhecer a realidade do mercado de trabalho referente ao curso escolhido antes do processo seletivo/vestibular;
- Discussão sobre a possibilidade de ampliação do programa de assistência estudantil;
- Elaboração e revisão dos projetos pedagógicos de cursos de acordo com os perfis profissionais desejados e em consonância com os arranjos produtivos locais;
- Levantamento do perfil do aluno ingressante e institucionalização de estratégias de identificação com o curso; mapeamento das causas e motivos que levaram os estudantes a desistirem do curso, com propostas de intervenção para superar ou mitigar as situações geradoras de evasão nos cursos;
- Realização de fóruns com diretores de ensino, coordenadores gerais de ensino e de cursos e equipes pedagógicas, tendo como temática central a questão da permanência e do sucesso escolar;
- Realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso, para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso;

Ainda de acordo com o Documento Orientador para superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica existem três principais causas de evasão escolar: Fatores Individuais que apresentam aspectos inerentes aos estudantes; Fatores Internos à Instituição que se referem a problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores institucionais que conduzem o aluno a evadir-se do curso; e Fatores externos à instituição relacionam-se às dificuldades sociais e financeiras do estudante em permanecer no curso e a questões inerentes à futura profissão.

Conforme Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, 2017 os *fatores individuais* como: **Adaptação a vida acadêmica** que envolve: o discente se adaptar à rotina acadêmica inclusive no que diz respeito ao hábito e disciplina de estudo seja no *campus* ou em casa; outro fator é a indisponibilidade de tempo para se dedicar aos estudos fora do horário de aulas e estresse de alguns discentes provocado pelo acúmulo de conteúdos e de elevada quantidade de disciplinas para estudar. **Qualidade da formação escolar anterior:** Déficit de aprendizagem dos estudantes de cursos técnicos quanto aos conteúdos referente à educação básica. **Questões Pessoais:** Jornada de trabalho exaustiva interferindo no rendimento do estudante; Problemas pessoais, familiares e sociais; Desgaste físico causado pela demora no

deslocamento entre município de origem e *campus*, contribuindo, portanto, com a frequência irregular e, por conseguinte, com o abandono; Dificuldade em continuar o curso por ter que acompanhar tratamento de doença em familiares. **Desmotivação com o curso:** Falta de identificação ou de afinidade com o curso; Falta de perspectiva profissional; Imaturidade da própria idade para escolha precoce da profissão; Cursos mais teóricos que práticos (IFCE, 2017).

Já os motivos de evasão escolar ocasionados pelos *Fatores Internos à Instituição* são elencados: **Atualização e flexibilidade escolar:** Sobrecarga de disciplinas nos cursos técnicos integrados e concomitantes; Currículo com disciplinas que não apresentam relevância para o curso; Currículos de cursos técnicos que não priorizam as práticas profissionais inerentes ao perfil de egresso esperado; Alta complexidade do currículo de alguns cursos técnicos e de graduação; Cursos técnicos que apresentam distância entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático requerido pelo mundo do trabalho; Falta de articulação entre teoria e prática nos currículos dos cursos técnicos e de graduação. **Infraestrutura física, Material, Tecnológica e de pessoal para o ensino :** Falta estrutura em alguns *campi* para atender às necessidades de permanência do estudante de tempo integral como, por exemplo, espaço adequado para alimentação, descanso e para estudo nos intervalos entre um turno e outro; Cursos com laboratórios inexistentes; Cursos com falta de equipamentos, utensílios e insumos; Mau funcionamento de alguns laboratórios existentes. **Gestão acadêmica do curso:** Falta de ações preventivas quanto à retenção e evasão tanto em cursos diurnos quanto noturnos; Poucas oportunidades para recuperação da aprendizagem na maior parte dos cursos; Dificuldade na realização de aulas práticas no período noturno; Cursos com poucas ofertas de aulas práticas; Cursos com poucas ofertas de visitas técnicas; Dificuldade em ofertar disciplinas para alunos reprovados. Geralmente as vagas são insuficientes para os estudantes com reprovações efetivarem matrícula no componente curricular pendente; Poucas iniciativas no estímulo à realização de pesquisa e de extensão; Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil principalmente no turno noturno; Cursos ofertados em maior parte no horário diurno dificultam a permanência dos estudantes que precisam trabalhar; Dificuldade em viabilizar o estágio curricular para os estudantes; Pouco ou nenhum incentivo quanto ao fortalecimento do vínculo do estudante com o curso e com o *campus* (IFCE, 2017).

Um outro fator interno à instituição muito relevante são as **Questões Didático-Pedagógicas**, estão associados a estes fatores: Desmotivação ocasionada pela dificuldade didática de alguns professores. Relação professor – aluno; metodologia de ensino e de avaliação que não favorecem a aprendizagem, pois são mecanicistas; falta de flexibilidade de alguns professores que reprovam por décimos; intolerância por parte de alguns professores; demonstração de despreparo de alguns professores; Falta de atenção de alguns professores com relação às dificuldades de aprendizagem dos estudantes inclusive daqueles com necessidades educacionais específicas; Alguns professores demonstram desmotivação em ensinar, pois

demonstram pouco empenho em ministrar boa aula; Falta de domínio de conteúdo de alguns professores e Priorização do “repasso” e cumprimento do conteúdo programático em detrimento da aprendizagem (IFCE, 2017). A respeito das práticas pedagógicas, (FREIRE, 1996, p. 21) relata que “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.” Ainda nesta perspectiva, (Freire, 1996) traz que além de tantas outras atribuições, ensinar exige inacabamento, ou seja, está sempre buscando aprender, não se dar por satisfeito sobre a aquisição de conhecimentos e estar predisposto à mudança, à aceitação do diferente e conseqüentemente aumentar a qualidade das aulas para os discentes.

E por fim, *Fatores externos à instituição* quase sempre associado à fatores de cunho econômico, social e do mundo do trabalho que também interferem na evasão do discente da instituição. Alguns motivos alencados são: **Conjuntura econômica e social:** Dificuldade ou escassez de transporte local e intermunicipal que dão acesso aos *campi*, inclusive no final de semestre; Dificuldade de acesso ao *campus* por parte dos estudantes que residem na zona rural onde não há disponibilidade de transporte escolar; Ausência de ambiente de estudo na residência de alguns alunos; Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante; Falta de oportunidade de trabalho na área de alguns cursos ofertados (IFCE, 2017)<sup>4</sup>.

Com o intuito de favorecer a permanência e êxito dos discentes nas instituições de ensino federal a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SECTEC-MEC) enviou o ofício circular número 60 de 17 de julho de 2015 para os dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, contendo a Nota Informativa número 138/2015, que orientava as instituições subordinadas sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos estudantes. O Ministério da Educação também elaborou o Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, em 2014, para servir de base para os institutos federais, conforme pesquisado por RAMOS NETO, 2019 dos 38 Institutos Federais só encontrou disponível 14 Planos Estratégico de Permanências e Êxito dos estudantes e que provavelmente os outros 24 ainda estejam em fase de construção.

## 5 RELATOS DA EXPERIÊNCIA NO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Ao ingressar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia em junho de 2018 e assumir a coordenação do curso técnico em nível médio subsequente em meio ambiente do campus Jacobina em agosto do mesmo ano, constatou-se uma baixa quantidade de

---

4 <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>

discentes concluintes, ou seja, no último semestre do curso. Durante o período de agosto de 2018 à março de 2020, as observações assistemática ocorreram no decorrer do exercício da docência e da coordenação do curso, ao questionar a turma o porquê da baixa quantidade de concluintes a grande unanimidade apontou para elevada quantidade de aulas teóricas e a necessidade de atualização da matriz curricular sobretudo a inserção de disciplinas práticas relacionadas a profissão e legislação ambiental, além de sentirem-se muito entusiasmados com as visitas técnicas, confirmando o que foi explanado na literatura, que relata sobre um dos fatores internos à instituição que motivam a evasão é a Gestão Acadêmica do curso e que está diretamente ligada a motivos como: Cursos com poucas ofertas de aulas práticas e Cursos com poucas ofertas de visitas técnicas.

Outro fator que está diretamente ligado a situação em questão é a Atualização e flexibilidade curricular que acabam causando desestímulos, ou seja, Currículo com disciplinas que não apresentam relevância para o curso; Currículos de cursos técnicos que não priorizam as práticas profissionais inerentes ao perfil de egresso esperado; Cursos técnicos que apresentam distância entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático requerido pelo mundo do trabalho.

Após tomar conhecimento, foram reunidos professores e técnicos administrativos do campus e foi decidido construir um viveiro de mudas de espécies nativas para aulas práticas conforme trabalho de MOURA, *et al.*, 2021, neste sentido os alunos puderam produzir mudas de árvores nativas da região, ou seja, envolveu a coleta de sementes, preparação do solo e o plantio das mudas, contribuindo para os estudantes que aprenderam na prática conteúdos trabalhados nas disciplinas (Biologia, Química, Sociologia, Educação Ambiental, Ecologia, Geologia, Avaliação de Impactos Ambientais, Recuperação de Áreas Degradadas, Solos e Meio Ambiente e Diversidade Vegetal), atendendo aos conteúdos básicos do currículo do curso técnico na modalidade subsequente em meio ambiente oferecido pela instituição, contribuiu tanto para a prática profissional quanto para educação ambiental, além disso foi possível aumentar o número de visitas técnicas à empresas e parques ecológicos da região. Após essas mudanças, foi possível notar que os alunos se mostraram, mais participativos na sala de aula e fazendo associações às aulas práticas ou experiências vividas nas visitas técnicas, alunos que inicialmente eram tímidos e pouco participativos hoje percebe-se estimulados a concluir o curso e seguir carreira na profissão de técnico em meio ambiente.

Sabe-se que existem diversos motivos que influenciam para a evasão escolar dos discentes do curso técnico em meio ambiente do IFBA campus Jacobina, porém é necessário de ações preventivas quanto à retenção e evasão nos cursos noturnos, como por exemplo a construção Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFBA, na pesquisa elaborada por (RAMOS NETO, 2019) sobre os planos estratégicos de permanência e êxito, o IFBA foi um dos IFs que não possuía o seu plano ou estava em fase de elaboração. Pode-se observar também que

existem outros aspectos que precisam de aprimoramento institucional para o mitigação dessa problemática, que é o acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil principalmente no turno noturno, ocasionado pelo baixo efetivo do setor, apesar de ter tido uma melhora significativa nestes últimos anos e reformulação do PPC do curso com o intuito de inserir mais aulas práticas e visitas técnicas associadas às disciplinas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências e práticas do professor/coordenador gerou alguns pontos positivos para uma aprendizagem satisfatória e estímulo dos alunos em concluir o curso, pelo fato de inserir aulas práticas através do viveiro de mudas construído pelos colaboradores do curso, assim como a promoção de visitas técnicas em empresas e parques ecológicos da região.

Com os resultados foi possível visualizar que os fatores relacionados à permanência ou à evasão escolar estão diretamente ligados aos Fatores internos à instituição, sobretudo no que diz respeito a Gestão Acadêmica do curso ratificando com o que foi encontrado na literatura. E ficou constatado neste estudo que fatores como: práticas pedagógicas, maior quantidade de aulas práticas e visitas técnicas foram importantes para favorecer a permanência e o êxito do aluno.

Além disso foi constatado que a instituição carece de um Plano Estratégico de Permanências e Êxito, para garantir ações preventivas quanto à retenção e evasão nos cursos noturnos. De acordo com SOUZA (2014) é necessário que a escola cumpra sua função, sobretudo quanto a permanência do aluno na escola, que é através da ação de facilitar todo processo de ensino aprendizagem que é de suma importância para a promoção do desenvolvimento dos seus discentes.

Diante de todas essas questões pontuadas, podemos ver que se faz necessário que a escola cumpra o seu papel, no que diz respeito à permanência do aluno na escola, pois o ato de facilitar o processo do ensino aprendizagem é de grande relevância para a promoção do desenvolvimento dos seus alunos, assim como os alunos possuem sua responsabilidade nesse processo, especialmente nesses casos, que os alunos são adultos, conscientes de suas responsabilidades, isto posto, todos os envolvidos diretamente com a instituição, tem o dever pesquisar formas de estimular-los a se comprometer com seus estudos objetivando o sucesso de todos.

## 7 REFERÊNCIAS

ASSIS, S. M. de; MEDEIROS NETA, O. M. Educação profissional no Brasil (1960-2010): uma história entre avanços e recuos. Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 21, n. 2, p. 190-212, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23171>. Acesso em: 21 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação – artigo em publicação periódica e/ou científica – apresentação. Rio de Janeiro, 2018. 8 p.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF,1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regula o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. Documento Orientador Para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2014 p. 19 e 20.

BRASIL. Lei nº 11982, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br). Acesso em: 20 nov 2021

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 13 de março de 2013d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Abruem. Andifes. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wpcontent/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

CHARLOT, B. Da relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino médio integrado. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? Trabalho & Educação | Belo Horizonte | v.23 | n.1 | p. 187-205 | jan-abr | 2014.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas, Brasília, Out 1996. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf). Acesso em: 27 Dez 2021.

DORE, R; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.

FAVRETTO, J.; SCALABRIN, I. S. Educação Profissional no Brasil: marcos da trajetória. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO SIRSSE, IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR - I CONGRESSO NACIONAL SOBRE O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO AO ESCO, 2015, Curitiba. Anais do XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO. SIRSSE, IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR - I CONGRESSO NACIONAL SOBRE O ATENDIMENTO PEDAGÓGIC. Curitiba PR: Bruc Internet, 2015. p. 18520-18533.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educação básica do Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Ensino médio integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p.21-56.

GAIOSO, N. P. de L. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GRAMSCI, A. La alternativa pedagógica. Barcelona: Fontamara, 1981.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Plano estratégico de ações de permanência e êxito dos estudantes IF BAIANO. Pró-Reitoria de Ensino. Salvador,BA, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE. Pró-Reitoria de Ensino. Fortaleza, CE, 2017

JOHANN, C. C. Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgedu/images/stories/defesa-dissertacao-cristiane-cabral-johann.PDF>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

KUENZER, A. Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, S. R. Cursos técnicos pós-médios: análise das possíveis relações com o fenômeno de contenção da demanda pelo ensino superior. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro , v. 1, n. 2, p. 267-287, Sept. 2003.

MENDES, M. S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. *Estudos de Psicologia*, São Paulo, Campinas, v. 30, n. 2, p. 261-265, 2013.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. (Série Documental. Textos para Discussão, 45)

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M.; SANTOS, R.; SILVA, S. S. M. O. (org.). Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: Um campo em construção. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

MOURA, D. M. T; PRADO, L. R; OLIVEIRA, B. I. S; LOURENÇO, H. N; DOS SANTOS, M. R. VIVEIRO DE MUDAS DE ESPÉCIES NATIVAS, FRUTÍFERAS E MEDICINAIS NO IFBA – CAMPUS JACOBINA – BA. In: SANTOS, C. S.; RITA, F. S.; BARBOSA, R. A. (Orgs). Abordagens interdisciplinares em ciências ambientais: saúde - educação e sociedade. 1ª Ed: Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2021. Disponível em: [https://www.graduseditora.com/\\_files/ugd/c7d661\\_ce6a9ad8bc204bb1b3c08820a0635e2a.pdf](https://www.graduseditora.com/_files/ugd/c7d661_ce6a9ad8bc204bb1b3c08820a0635e2a.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

NETA, O. M. MEDEIROS; LIMA, E. L. M., BARBOSA, J. K. S. F; NASCIMENTO, F. L. S. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DA REFORMA CAPANEMA ÀS LEIS DE EQUIVALÊNCIA. *HOLOS*, Ano 34, Vol. 04, 2018.

Plano de desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – PDI 2020-2024. Disponível em < [https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/aceso-rapido/pdi-2020-2024/pdi\\_ifba2020-2024\\_web.pdf](https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/aceso-rapido/pdi-2020-2024/pdi_ifba2020-2024_web.pdf)> acessado em 23 de jan 2022.

Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente Forma Subsequente – PPC – 2010. Disponível em <<https://portal.ifba.edu.br/jacobina/documentos/PLANODECURSOSUBSEQUENTEMEIOAMBIENTE.pdf>> Acessado em 24 de jan 2022.

RAMOS NETO, J. O. A evasão escolar nos Institutos Fenderias de educação, ciência e tecnologia: uma Análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. *Educação em Revista*, Marília, v.20, n.2, p. 7-24, Jul.-Dez., 2019

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA JÚNIOR, M. J. da. Técnico subsequente: uma análise sobre o papel atual e perspectivas futuras na região RIDE. 2016. 95 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)— Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA, J. A. S. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SUHR, I. R. F. EVASÃO EM CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES: EXPRESSÃO DA INCLUSÃO EXCLUDENTE?. *Educação Profissional E Tecnológica Em Revista*, 4(3), 218-231. 2020. <https://doi.org/10.36524/profept.v4i3.579>

TAVARES, M. G. Evolução da Rede de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL 2012, 2012, Caxias do Sul-RS. Anais do IX ANPED SUL, 2012.

VALE, R. M.; MELO, R. C. ; JESUS, M. L. T. B. . O perfil dos ingressos no curso técnico subsequente em Mecânica do Instituto Federal da Bahia. Estudos IAT, v. 5, p. 175-203, 2020.)